

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.092 - SC (2020/0013066-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : VIEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA**  
**ADVOGADOS : PAULO FRETTE MOREIRA - SC019086**  
**ENIO FRANCISCO DEMOLY NETO - SC029472**  
**RODRIGO DOS SANTOS CESAR - SC027030**  
**AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI - SC008927**  
**ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO E OUTRO(S) - SC017458**  
**RODRIGO FRASSETTO GÓES - SC033416**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por VIEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA ON-LINE NAS CONTAS DE TITULARIDADE DA EMPRESA. RECURSO DA EXECUTADA. PRIORIDADE DA PENHORA EM DINHEIRO. INTELIGÊNCIA ART. 835, § 1º, CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DO EXECUTADO. MONTANTE BLOQUEADO IRRISÓRIO SE COMPARADO COM O PATRIMÔNIO DA EMPRESA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (fl. 94).

Quanto à controvérsia debatida nos autos, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 805, *caput* e parágrafo único, do CPC, no que concerne à substituição do bloqueio de valores depositados em conta corrente pela penhora de bem imóvel, em observância ao princípio da menor onerosidade, trazendo os seguintes argumentos:

A decisão é frontalmente à clara e expressa determinação legal, tanto é assim, que ao se pesquisar jurisprudência acerca da matéria entre os diversos tribunais existentes no país, constata-se que são raras as divergências sobre o tema, predominando, pacificamente entre os Julgadores, o que prevê o *caput* do referido dispositivo legal

[...]

No entanto, com todas as vênias e máximo respeito ao entendimento da egrégia Quarta Câmara de Direito Comercial, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, divergimos, porquanto já no momento do

oferecimento do imóvel à penhora, a recorrente alertava que se houvesse por parte do douto Juízo de origem a determinação de penhora de suas contas bancárias, tal medida seria extremamente grave e traria imediatos prejuízos à empresa, inviabilizando, inclusive, a manutenção das suas atividades empresariais (fls. 45 - 47) (fls. 107).

Conforme se vê dos documentos que acompanharam o agravo, atualmente, a conta onde ocorreu a constrição é a única utilizada pela empresa recorrente para manter a atividade dos negócios e os valores bloqueados, os únicos disponíveis para o adimplemento de suas obrigações, inclusive relativas à folha de pagamento!!! (fls. 109).

Esse bloqueio dos recursos prejudicou a empresa recorrente no processo de retirada das máquinas do Porto e, conseqüentemente, gerou mais despesas de armazenagem, com inevitáveis perdas na geração de receitas, em prejuízo e atrasos aos clientes, à empresa, aos empregados e comunidade em que a recorrente está inserida.

O que se tem é uma manifesta ofensa ao princípio da menor onerosidade ao executado, com afronta direta ao art. 805 do vigente Código de Processo Civil, in verbis [...].

Pois bem, no presente caso, a executada cumpriu integralmente o disposto no citado dispositivo legal pois, como se vê das fls. 45 - 47 dos autos, a recorrente alegou que a medida da penhora de valores em contas bancárias seria medida extremamente grave e indicou "outros meios mais eficazes e menos onerosos", quais sejam, a indicação do bem imóvel à penhora, conforme depreende-se de trecho da petição, que reproduz-se [...].

O bem indicado à penhora, por ser em valor superior ao executado, obviamente é meio mais eficaz que a penhora de valores muito inferiores ao pretendido pelo agravado, pois garante que o recorrido poderá receber integralmente o valor que lhe for devido. Portanto, a manutenção da penhora do imóvel é medida que contempla, além do princípio da menor onerosidade ao executado, também os princípios da máxima utilidade da execução, assim como o princípio da proporcionalidade.

Oportuno mencionar que não se está em outros tempos, remotos, em que a sorte do devedor era livremente entregue ao credor. Pois deferir-se o bloqueio da única conta de uma empresa que tenta se recuperar de uma crise devastadora é o mesmo que decretar sua própria morte!!!

Deve-se ter um cuidado e responsabilidade com os efeitos sociais de medidas dessa natureza, pois a decretação (desnecessária) da bancarota de uma empresa pode causar impacto significativo na comunidade em que está inserida, pela perda de postos de trabalho, em tempos que postos de trabalho são cada vez mais raros em nosso país (fls. 110/111).

Por fim, cumpre ressaltar que a recorrida permaneceu mais de 06 (seis) longos meses depois de terminar seu prazo para manifestação sobre o bem ofertado em completo silêncio, presumindo sua aceitação tácita quanto ao bem oferecido!

Somente veio aos autos se pronunciar (fl. 82 - 83) pela não concordância (calcado em argumentos insustentáveis) depois que o n. juiz a quo, já havia deferido a penhora do imóvel. O próprio magistrado de origem declarou a omissão (fl. 81) (fls. 111/112).

É o relatório. Decido.

No que concerne à controvérsia apresentada, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Não há dúvida, portanto, que o bloqueio de valores das contas da empresa apelante mostra-se mais eficaz no cumprimento da obrigação estampada na execução, sobretudo considerando que a medida, embora não integralmente, obteve êxito, tendo em vista que foi bloqueado o montante de R\$ 44.941,37 (quarenta e quatro mil novecentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos) das contas da executada.

Por outro lado, não há que se falar em ofensa ao princípio da menor onerosidade da executada, pois o montante constricto é irrisório se comparado com o patrimônio da empresa. Cumpre aqui anotar que em abril de 2019 a agravante possuía um ativo de R\$ 8.717.782,63 (sete milhões setecentos e dezessete mil setecentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) (p. 18) (fl. 99).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente